

Riqueza e endividamento na economia de *plantation* açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. ♦

Maria Alice Rosa Ribeiro

Professora – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (Aposentada).
Pesquisadora Colaboradora - Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Endereço - Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 800 – Cidade Universitária Zeferino Vaz – Barão
Geraldo – Campinas/SP – Brasil – CEP: 13083-970. E-mail marr@terra.com.br

Recebido em 18 de junho de 2013. Aceito em 16 de julho de 2014.

Resumo

O objetivo do artigo é comparar as formas de riqueza e de financiamento das economias açucareira e cafeeira em Campinas, Província de São Paulo, em dois momentos – de fins do século XVIII a 1850 e de 1850 a 1870. A família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira é tomada como estudo de caso. A análise centra-se em dois representantes da segunda e da terceira geração da família, que se tornaram importantes personagens daquelas sociedades. Examinam-se a formação e a composição da riqueza e as transformações do crédito associadas às atividades produtivas. A pesquisa apoiou-se em fontes documentais do judiciário e cartoriais, maços de população, registro de hipotecas, almanaques.

Palavras-Chave

Riqueza. Financiamento. Crédito. Economia açucareira. Economia cafeeira. Campinas.

Abstract

This paper proposes to compare the forms of the wealth and financing in the sugar-cane and coffee economy in Campinas, Province of São Paulo in two moments - ending of the 18th century until 1850, and from 1850 to 1870. The Teixeira Vilela -Teixeira Nogueira`s family is taking as the case study. The analysis centered on two family`s members of the second and third generation, examines the formation and composition of the wealth and the different forms of credit associated to sugar-cane and coffee plantations. The documental basis comprises censuses, wills, post mortem inventories, mortgage registers, almanac.

Keywords

Wealth. Financing. Credit. Sugar-cane economy. Coffee economy. Campinas.

JEL Classification

N26. N36. N86.

♦ A autora agradece aos profs. Flávio Saes e Renato Marcondes pelos comentários. Uma primeira versão foi apresentada no Simpósio 11 – Família, Negócios y Empresas en la America Latina, do Tercero Congreso Latinoamericano de Historia Economica, III CLADHE, Bariloche, 2012, a autora agradece as sugestões do comentarista prof. Rogério Naques Faleiros. Por fim, agradece aos colegas do Hermes & Clio, Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, da FEA-USP, em especial, ao prof. José Flávio Motta pelo convite para debater nos Seminários em História Econômica.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo comparar as formas de riqueza e de financiamento das atividades produtivas que se desenvolveram no município de Campinas, Província de São Paulo, em dois momentos – dos fins do século XVIII a 1850 e de 1850 aos primeiros anos da década de 1870. Para realizá-lo, tomo a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira¹ como base de um estudo de caso realizado por meio da pesquisa e da análise de fontes documentais do poder judiciário e de cartórios da comarca de Campinas,² maços de população para anos selecionados entre 1779 e 1836.

O texto está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda, apresento, de forma panorâmica, as transformações no município de Campinas, em termos populacionais – habitantes, condição social, livres e escravos – e nas atividades econômicas produção para o mercado interno e para o externo. Na terceira parte, faço um breve relato da família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, desde sua chegada a Campinas - atividades, posses de riquezas, terras e escravos. A família foi uma das primeiras a residir na freguesia e participou da transição do antigo bairro de Jundiá à cidade de Campinas. Na quarta, o texto aborda a natureza e a composição da riqueza de Antonio Manoel Teixeira (1795-1850), que esteve ligado à implantação da lavoura canavieira e à fabricação de açúcar em grande escala. Em seguida, trata das formas de financiamento que caracterizaram o período de vigência da economia açucareira em Campinas (1790-1850). Na quinta parte, o texto volta-se para a terceira geração, a de Francisco Teixeira Vilela (1829-1873), que, ao contrário do seu pai, Antonio Manoel, abandonou o engenho de açúcar para seguir o caminho iniciado por seu próprio pai: a cultura de café. O filho participou da expansão da *plantation* escravista cafeeira na região de Campinas. Como no tópico anterior, o crédito retorna ao centro da análise para caracterizar suas especificidades na economia cafeeira: acesso ao financiamento, garantias, juros, emprestadores de capital-dinheiro etc. Uma breve nota final procura condensar os principais elementos da riqueza acumulada e das formas de financiamento das

¹ Teixeira Vilela – Teixeira Nogueira é a mesma família, alguns dos seus membros adotaram o sobrenome do pai, enquanto que outros tomaram um sobrenome do pai (Teixeira) e outro da mãe (Nogueira). Outros aspectos sobre as formas de riqueza dos Teixeira Vilela - Teixeira Nogueira foram analisados nos trabalhos RIBEIRO (2010a; 2010b; 2012a; 2012b)

² Os documentos do poder judiciário de Campinas foram consultados no Centro de Memória Unicamp, CMU.

empresas açucareira e cafeeira daqueles personagens, naqueles dois momentos. Nos anexos, incluí o mapa do município de Campinas elaborado pelo IBGE em 1938, com a localização das fazendas existentes na área do município e no seu entorno. Cosmópolis, Sumaré, Valinhos pertenciam a Campinas e tornaram-se municípios independentes somente em 1944 e 1953. No mapa, localizei as fazendas pertencentes a Manoel Teixeira Vilela (Salto Grande, Morro Alto e Saltinho), Joaquim José Teixeira Nogueira (Chapadão), Antonio Manoel Teixeira (Morro Alto e Saltinho) e Francisco Teixeira Vilela (Morro Alto, Saltinho e Santa Maria). Incluí, nos anexos, a árvore genealógica da família do capitão Domingos Teixeira Vilela e de seu filho capitão Joaquim José Teixeira Nogueira para melhor visualizar a rede familiar.

2. Um salto para a formação da elite açucareira e cafeeira

Ao longo de sua existência, Campinas recebeu três nomes: freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí,³ em 1774; vila de São Carlos, em 1797; e, finalmente, cidade de Campinas, em 1842. Essas mudanças não ocorreram por acaso, elas refletiam o crescimento da população e o modo de organização da vida social e material naquele espaço geográfico.

Quando fundada a freguesia, Campinas era habitada por pequenos agricultores dedicados à lavoura de alimentos para o abastecimento doméstico e dos viajantes e tropeiros que seguiam pela estrada das Minas dos Goyazes. De 1774 até sua elevação a vila de São Carlos, em 1797, seu crescimento implicava maior número e dispersão de propriedades pequenas, baseadas no trabalho familiar e de poucos cativos. Os “fogos”, denominação dada aos locais que reuniam as funções de moradia e de produção, em número de 39, possuíam, em média, 5,1 pessoas cada um, em 1775 (Eisenberg, 1989, p. 335). Na Tabela 1, observa-se o reduzido número de escravos para aquele ano. As pessoas viviam do cultivo de alimentos: milho, feijão e arroz, e da sua venda ou troca por outras mercadorias, como sal, tecidos etc.– com tropeiros e comerciantes que cruzavam a freguesia em direção

³ Até 1774, Campinas era bairro de Jundiaí, um ajuntamento de pequenos lavradores, que nascera em torno do pouso, formado por três campinhos em meio à mata ou ao mato grosso, onde toda sorte de gente descansava para seguir o caminho das Gerais (Pupo, 1969, p. 25).

à região das minas, ou de volta das minas em direção às cidades de São Paulo e Itu.

Entre 1720 e 1779, foram concedidas nove sesmarias⁴ na região de Campinas; entretanto, elas não foram exploradas ou foram apenas parcialmente cultivadas (MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS, 1952, p. 44; Nozoe, 2008, p. 172).

O ingresso na produção açucareira, com o cultivo de grandes extensões de lavouras, aproveitamento de cursos d'água e das madeiras das matas, só ocorreu e se acelerou a partir da década de 1790. Mais precisamente, após a revolta escrava na ilha de São Domingos (Antilhas), que eliminou o principal produtor de açúcar do mercado mundial. A quebra da oferta provocou a duplicação dos preços, estimulando a entrada de novos produtores, como Campinas (Eisenberg, 1989, p. 346). Justamente na década de 1790 ocorreu um maior número de concessões de cartas de sesmarias, quando foram emitidas, segundo Nozoe (2008), 22 para a região de Campinas. O açúcar e as novas concessões de sesmarias iriam alterar a estrutura fundiária, social e econômica da região.

Antes mesmo do fim do século XVIII, o açúcar imprimiu uma nova dinâmica à economia mercantil da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, transformando-a em vila de São Carlos, em 1797. Surgiram a grande propriedade, as extensas plantações de cana-de-açúcar, o engenho, os grandes plantéis de escravos, e a vila ligou-se à dinâmica do comércio internacional, retirando-a do isolamento interiorano.

Uma característica marcante e quase exclusiva da vila de São Carlos foi a consolidação da superioridade numérica da população escrava sobre a livre. Somente os municípios de Bananal e Capivari, segundo o Quadro Estatístico da Província de S. Paulo - 1836 -, organizado por Daniel Pedro Müller, possuíam maior número de escravos em relação às pessoas livres, mas em menor razão: em Campinas, havia 141 escravos para 100 pessoas livres; em Bananal, 107; e em Capivari,

⁴ Apenas 1 sesmaria fora concedida na primeira metade do século XVII. De 1700 a 1719, nenhuma sesmaria fora concedida: entre 1720 e 1729, 1 sesmaria foi concedida; de 1730 a 1739, 5 sesmarias; de 1740 a 1749, 3 sesmarias; entre 1750 e 1779, não houve concessão; de 1780 a 1789, 1 sesmaria. O auge das concessões ocorreu entre 1790 e 1799, com 22 sesmarias concedidas. Deste último ano até 1822, foram concedidas mais 5. Nozoe (2008, p. 172) investigou 1.762 cartas de sesmaria expedidas entre 1568 e 1822. Dessas, 38 foram concedidas na região de Campinas.

103 (Bassanezi, 1998). Essa superioridade numérica da população escrava sobre a livre, trazida pelo açúcar, seria desfeita com o café, na década de 1870, como se observa na Tabela 1.

A economia açucareira provocou o aumento do número de pessoas no “fogo”, especialmente de escravos. Segundo Eisenberg, o número médio de pessoas por fogo passou de 5,1, em 1775, para 9,1, em 1829. O número de “fogos” elevou-se de 39 para 939 entre 1775 e 1829 (Eisenberg, 1989, p. 333-336).

Ao lado da grande propriedade açucareira, a pequena propriedade dedicada ao cultivo de produtos para o mercado doméstico não esmoreceu. Ao contrário, cresceu, movida pela dinâmica da economia açucareira, embora a grande empresa açucareira tivesse internalizado o cultivo de alimentos para o sustento de seus escravos. Martins (1996) constata que milho e feijão eram os cereais mais produzidos e constituíam a base da alimentação humana. O milho entrava como reforço na alimentação dos bois e dos cavalos – principal força motriz do engenho – e das bestas dos serviços de transportes, mas era também consumido pelos porcos. A carne de porco, principal proteína animal à época, era tanto consumida internamente como exportada para outras vilas, Itu, Porto Feliz, Sorocaba. Em decorrência do uso diversificado, o milho tinha elevado valor no mercado (Martins, 1996, p. 126-7). Logo, a *plantation* açucareira não deslocou a produção de alimentos; ao contrário, estimulou sua expansão para atender a crescente população local e a demanda das vilas de Itu e Sorocaba (Martins, 1996, p. 135). A economia exportadora açucareira também formou a elite em Campinas, grandes proprietários de terras e de escravos que exerceriam papel fundamental na gestação da economia cafeeira. O açúcar forneceu os alicerces econômicos e infraestruturais para o advento do café (Petrone, 1968; Bacellar, 1997), que, por volta de 1835-1840, fez declinar as grandes lavouras de cana e fez decrescer a exportação do açúcar. Por ser mais perecível, o açúcar estava sujeito a maiores perdas no transporte até Santos, o que elevava os seus custos de comercialização e exportação.

A Tabela 1 demonstra que, entre 1836 e 1854, houve declínio do número de engenhos, enquanto se elevou o de fazendas de café; e a produção de açúcar tornou-se inferior à do café, invertendo a posição do principal produto de exportação. Novamente, a mudança de denominação – de vila de São Carlos para cidade de Campinas, em

1842, – refletia a inversão e, ao mesmo tempo, o crescimento da população escrava e livre, atraída pela nova cultura. Fruto da expansão cafeeira, Campinas tornou-se, em 1874, um dos municípios mais populosos da província, sendo sua população, de 31.397, ligeiramente superior à da capital, de 31.385, segundo o Recenseamento Geral do Império em 1872 (Bassanezi, 1998).

Tabela 1 - População, número de engenhos e fazendas de café, produção de açúcar, de aguardente e de café, Campinas

Ano	População		N. Engenhos	Produção de açúcar	Produção de aguardente	N. fazendas de café	Produção de café	Total da Província @ açúcar	Total da Província @ café
	Livres	Escravos		@	Canadas		@		
1775	200	47	3	-	150	-	-	-	-
1798	1.483	701	37	15.139	460	-	-	-	-
1836	2.772	3.917	93	158.447	7.399	9	8.021	563.108	590.066
1854	6.011	8.190	44	62.290	-	177	335.550	886.140	3.534.256
1874	17.712	13.685							

Fonte: Petrone, 1968, p. 48; Camargo, 1952, p. 59-62; Bassanezi, 1998; Milliet, 1982, p. 43-51

3. A família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira: migração de Minas e ascensão em Campinas

Antes de tratar da formação e da composição da riqueza de Antonio Manoel Teixeira (1795-1850) e de seu filho Francisco Teixeira Vilela (1829-1873), é importante fazer um breve relato do caminho percorrido pela família. Os Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira migraram da Comarca do Rio das Mortes, Minas, em 1774, para a recém-criada freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, tornando-se uma das famílias mais atuantes na vida econômica e política ao longo da história.⁵

O primeiro membro da família do português Domingos Teixeira Vilela⁶ (1708/10-1784) e de sua esposa, Angela Isabel Nogueira do

⁵ Descendentes da família encontram-se, ainda hoje, na região de Campinas, Cosmópolis, Artur Nogueira, ligados à produção de açúcar e etanol (Usina Ester), aos meios de comunicação (EPTV) e a outras atividades.

⁶ Domingos Teixeira Vilela era natural de Vilela do Tâmega, comarca de Chaves, Braga, Portugal. Veio para Minas em busca de ouro. Tornou-se capitão em Baependi, onde se casou com Angela Isabel, filha do fundador de Baependi, capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira Ó, natural da Ilha da Madeira. Como muitos portugueses, Domingos acrescentou Vilela ao sobrenome para marcar o local de sua origem - Vilela de Tâmega. Ver *Monografia Histórica da cidade de Campinas*, 1952, p. 195 e Pupo, 1969, p. 227. Em 1744, Domingos foi designado para o posto de capitão da ordenança da Companhia recém-formada em Baependi. No

Prado (1717-1787), moradores de Baependi, a vir para Campinas foi seu filho, frei Antonio de Pádua Teixeira (1743-1805), que fora designado primeiro vigário da freguesia pelo bispo de São Paulo. Entusiasmado com a nova localidade, o frei franciscano aconselhou os pais a migrarem com os irmãos menores. É provável que a queda da produção aurífera de Minas e a perda de dinamismo mercantil da região da Comarca do Rio das Mortes tivessem influenciado o frei a trazer os pais, já com idade avançada, e os irmãos solteiros para Campinas.

Na lista geral dos moradores de 1779⁷ registra a presença da família em Campinas: o capitão Domingos Teixeira Vilela está registrado no fogo de número 48, com sua mulher e a filha solteira, Joana Antonia Teixeira (1749-1832). No fogo seguinte, de número 49, está sua outra filha, Maria Angela Teixeira (1733-1787), viúva, além de dez escravos e uma forra com seus quatro filhos. Não há o registro de produção, nem de ocupação e, provavelmente, os escravos vieram de Minas com a família (MAÇOS DE POPULAÇÃO DE SÃO PAULO, 1779, p. 010-011).⁸

No recenseamento populacional de 1798, os filhos de Domingos e Angela Isabel, Filipe Néri Teixeira (1754-1812) e Joaquim José Teixeira Nogueira (1759-1832) foram registrados em fogos separados, já casados e com filhos. Filipe Néri casou-se com Maria Leite Camargo, natural de Porto Feliz. O casal tinha, na ocasião, quatro filhos, e a irmã solteira de Filipe, Joana Antonia, era agregada. Joaquim José, por sua vez, era casado com Angela Isabel Maria de Souza, natural de Itu, e tinha seis filhos. Ambos os irmãos eram

registro de mercês consta ainda que: “[...] atendendo as necessidades de erigir se a capitania para boa forma militar e se evitarem alguma desordens que entre os moradores daquele distrito possam haver por se acharem os mesmos sem educação alguma [...] Domingos Teixeira Vilela ser das principais pessoas do dito distrito bem [...] compõem de 15 homens com seus alferes subalternos com o qual posto não haverá soldo algum da fazenda real mas gozara de todas as honras privilégios e liberdades ir e vir e franquezas que em razão de ele tocarem de legitimo.” (REGISTRO GERAL DE MERCÊS DE D. JOÃO V, liv. 36, fl. 179. Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa). Agradeço a Quelen Ingrid Lopes pelo auxílio fundamental, quando da minha pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

7 Maços de População são listas nominativas anuais que trazem informações detalhadas sobre o domicílio (fogo), seus residentes (livres e escravos), nome, grau de parentesco, idade, cor, estado conjugal, ocupação e atividades produtivas. Para Campinas, o Arquivo Público do Estado de São Paulo disponibilizou via internet as listas de 1779; 1797 a 1801; 1803 a 1819; 1822; 1824 a 1829; 1835 e 1836. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>> Acesso em: mar. 2013.

8 De agora em diante, a referência aos Maços de População será simplificada para MP, ano: páginas.

senhores de engenho, produzindo 890@ de açúcar (Filipe Néri) e 1.000@ (Joaquim José). Plantavam mantimentos para o sustento da casa e dos escravos. Filipe Néri tinha 39 cativos e Joaquim José, 23. O maior número de escravos no domicílio de Filipe Néri, apesar da menor produção de açúcar, pode ser explicado pela presença de sua irmã, que teria herdado cativos dos pais, e pelo maior número de escravos de menos de 10 anos (23%), portanto, fora das atividades produtivas.

No ano de 1796, Joaquim José e membros de sua família – sua irmã, Joana Antonia; sua cunhada, Maria Leite de Camargo (mulher de Filipe Néri), e seu sobrinho, Antonio Teixeira de Camargo (de 3 anos, filho de Filipe) – receberam uma sesmaria no rio do Atibaia.⁹ Em 1797, Joaquim José recebeu outra, situada no mesmo rio, como único titular. Em sociedade com indivíduos de fora do núcleo familiar, Joaquim José recebeu ainda, em 1798, mais duas sesmarias: a primeira na localidade Ribeirão do Engano - Barra do Quilombo – hoje, entre Sumaré e Americana (ver no mapa); e a segunda, em sociedade com dois indivíduos, localizada também no rio Atibaia – hoje, Cabras (MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS, 1952, p. 45).¹⁰ Na listagem de sesmarias localizadas em Campinas, publicada na *Monografia Histórica de Campinas* (1952), observa-se uma clara preferência por terras localizadas próximas às margens dos rios, em especial, os rios Atibaia e Jaguari. No caso das sesmarias de Joaquim José, o rio Atibaia é a referência para 3 das 4 sesmarias recebidas. A preferência por lugares banhados por cursos d'água tem sua razão de ser nas necessidades do engenho: na moagem da cana, a principal força motriz para o seu esmagamento era a animal (bois e cavalos), e os animais dependiam da abundância de água para aguentar o intenso trabalho de oito meses ininterruptos para o fabrico do açúcar. Água, matas virgens e pastagens eram fundamentais para o funcionamento do engenho (Lima, 1988, p. 6-19).

⁹ Lugar indicado por Celso Maria de Mello Pupo, como sendo, hoje, Joaquim Egidio e Cabras (MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS, 1952, p. 44).

¹⁰ Na *Monografia Histórica* consta uma sesmaria recebida por Joaquim José em 1804. Essa é de fato a mesma recebida, em 1796, com a irmã, a cunhada e o sobrinho. Demarcações de sesmarias. 1º Ofício, Cx 1, Proc. 11, 1804. Agradeço à pesquisadora Maria Aparecida Alvim de Camargo Penteado, do Projeto de Pesquisa: Arraial dos Sousas e Joaquim Egidio (1796-1930), pela transcrição do processo de demarcação. No Arquivo da Torre do Tombo, localizei a Carta de Confirmação da Data de Sesmaria pelo Príncipe Regente em 29 de maio de 1800 (REGISTRO GERAL DE MERCÊS D. MARIA I, liv. 31, fl. 48 v.).

Desde a chegada à freguesia aos primeiros anos da vila de São Carlos, a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira tornou-se uma das mais poderosas social e economicamente. Seus membros ocuparam diversos cargos militares, religiosos¹¹ e políticos: Filipe Néri e Joaquim José foram capitães agregados, capitão dos Dragões, juiz ordinário, juiz de órfãos, vereadores e intendentess. Como capitão dos Dragões, Joaquim José Teixeira Nogueira tornou-se um dos sesmeiros com maior número de sesmarias: quatro; e seu irmão, Filipe Néri, possuía uma.¹²

Com esses exemplos fica patente a concentração de concessões de sesmarias na segunda metade da década de 1790, o que reforçou o entrosamento entre os dois processos em curso: o acesso a grandes extensões de terras para uso privado - produtivo e/ou especulativo,¹³ restrito a poucos indivíduos - e o advento da produção de açúcar para a exportação.

Em 1800, a lista nominativa de população registrou, pela primeira vez, a presença de Manoel Teixeira Vilela (1752-1820), pai de Antonio Manoel Teixeira. Manoel foi o irmão de frei Antonio de Pádua que migrou bem mais tarde, em 1797, quando a freguesia foi elevada a vila de São Carlos. Sua vinda também foi incentivada pelo irmão-franciscano e, provavelmente, pela constatação das melhorias nas condições de vida de seus dois irmãos menores - Filipe Néri e Joaquim José - ambos senhores de engenho, proprietários de terras e de escravos. Na Tabela 2 é possível observar, por meio da transcrição dos dados das listas nominativas, a ascensão econômica de Filipe Néri e de Joaquim José e o primeiro registro da produção açucareira de Manoel Teixeira Vilela.

Manoel Teixeira Vilela, anotado no fogo de número 64, conforme o registro, tinha 50 anos de idade. Com ele moravam sua mulher, Maria Joaquina Rosa, (27 anos) e os filhos Antonio Manuel (6 anos),

¹¹ A família era muito religiosa; além do primeiro vigário da freguesia, Domingos e Angela Isabel tiveram mais descendentes religiosos: outro filho foi vigário da vara, José Teixeira Vilela, e um neto foi padre e fundador da Igreja do Rosário - Antonio Joaquim Teixeira, filho de Joaquim José. A família contribuiu na construção da matriz velha e da matriz nova, hoje a Catedral (Pupo, 1969, p. 238 -261; Pupo, 1983, p. 33-35).

¹² Filipe Néri figura como sesmeiro, em 1799, em uma sesmaria na localidade Barra Campinas Velhas em sociedade com quatro indivíduos (MONOGRAFIA HISTÓRICA, 1952, p. 44-46). Para evitar dupla contagem, considerei apenas esta, pois na outra ele é cessionário da irmã, Joana Antonia, e a sesmaria já estava contada para Joaquim José.

¹³ Aguardar a valorização da terra, provocada por novos cultivos e usos da terra, para, então, vender o que recebera de graça.

José (4 anos) e Joana (1 ano). Manoel era proprietário de dois escravos, e o fogo localizava-se no Bairro da Vila. O recenseador complementa as informações com a observação de que Manoel era “morador novo que agora está plantando canas com seus irmãos. Foi morador das Gerais”. Não há informação sobre produção (MP, 1800. p. 017).

No recenseamento de 1805, Manoel, agora designado guarda-mor, plantava cana de partido, produziu sua parte o açúcar, branco, (100@), redondo, (100@) e mascavo (10 @). Sua família fora acrescida com o nascimento de sua filha Ana Joaquina, com sete meses por ocasião do recenseamento. O número de escravos também havia aumentado para sete cativos. Além de Maria, da Mina, (50 anos) e de José, de Angola (18 anos), constantes em 1800,¹⁴ foram registrados mais cinco escravos, todos africanos, e apenas uma mulher. A idade média dos escravos era de 19 anos. Todos eram solteiros e não havia menores de 10 anos, o que denota um plantel formado por homens em idade mais produtiva. Manoel cultivava terras no bairro Anhumas, de responsabilidade da 6^a. Companhia de Ordenanças. Seus dois irmãos continuavam a cultivar cana e a fabricar açúcar, como é possível ver na Tabela 2.

No ano de 1815, o guarda-mor Manoel Teixeira Vilela deu um salto na produção de açúcar. Ele produziu 1.900 @ de açúcar. O recenseador registrou que o guarda-mor era senhor de engenho e que mantinha sociedade com o coronel Francisco Antonio.¹⁵ Provavelmente, a sociedade deve ter impulsionado a produção açucareira, que, em cinco anos, saltou de 230@ para 1.900@. Além do açúcar, fabricava aguardente (60 canadas) e produzia alimentos para o sustento da casa: milho, 1.000 alqueires; feijão, 100 alqueires; e arroz, 60 alqueires. Manuel possuía então 22 escravos, com idade média de 23 anos, e 6 escravas, com idade média de 21 anos. Entre os cativos apareciam, pela primeira vez, 3 casais e 4 crianças, com idade entre 3 anos e 2 meses (MP, 1815, p. 135). Pupo (1983) atribui a proprie-

¹⁴ No recenseamento de 1800, Maria, da Mina, constava com a idade de 50 anos e José, de Angola, com 22 anos. Esse é um exemplo entre tantos de como as listas são imprecisas quanto às idades. O responsável pelo levantamento dos dados demográficos, o comandante das Companhias de Ordenanças provavelmente não conferia as informações fornecidas anualmente para manter alguma coerência.

¹⁵ O recenseador não fornece o sobrenome do coronel Francisco Antonio. Pode ser o irmão do brigadeiro Luiz Antonio de Souza, coronel Francisco Antonio de Souza Queiroz, que era pai do Coronel Francisco Ignácio de Souza Queiroz, casado com a prima-irmã, Francisca Miquelina de Souza Queiroz, filha do brigadeiro. Liderou o movimento conhecido “bernarda de Francisco Inácio”, de 1822. Disponível em: <<http://www.obrabanifacio.com.br/az/letra/b/>> Acesso em: 07 maio 2013.

dade do engenho do Salto Grande ao guarda-mor Manoel Teixeira Vilela. No mapa está localizado na confluência dos rios Atibaia e Jaquari, quando formam o rio Piracicaba.

Tabela 2 - Família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira: primeira¹ geração de senhores de engenho – Campinas.

Anos	Senhores de Engenho da Família Teixeira Vilela /Nogueira					
	Primeira Geração					
	Manoel Teixeira Vilela (1752-1820)		Filipe Néri Teixeira (1754-1812)		Joaquim José Teixeira Nogueira (1759-1832)	
	Escr.	Prod. @	Escr.	Prod. @	Escr.	Prod. @
1800	2	0	34	424	36	1.150
1805	7	210	43	1.089	35	1.200
1808	23	210	55	1.500	36	1.500
1810	26	230	54	400	37	0
1815	32	1.900	0	0	38	2.000
1818	49	3.000	0	0	62	3.200
1822	0	0	0	0	70	2.500
1825	0	0	0	0	57	2.200
1829	0	0	0	0	65	2.715
1835/6	0	0	0	0	0	0

¹ Designo de primeira geração os filhos de Domingos Teixeira Vilela e Angela Isabel Nogueira do Prado, que foram os pioneiros na cultura da cana de açúcar e na fabricação de açúcar em Campinas. Segunda geração são os seus netos; por fim, a terceira geração, os bisnetos.

Fonte: MAÇOS DE POPULAÇÃO para anos selecionados.

Em 1818, último ano de que se dispõe das listas nominativas antes do falecimento do guarda-mor, em 1820, verifica-se que a produção do seu engenho teve um aumento expressivo, atingindo 3.000 @ de açúcar (67%, alvo; 27%, redondo e 6%, mascavo), um pouco menor do que a produção de seu irmão Joaquim José (3.200 @). No fogo de número 130, onde habitava a família do guarda-mor, o recenseador registrou como moradores sua mulher, Maria Joaquina Roza, e duas filhas, Joana e Ana. Os dois filhos varões Antonio Manoel, de 23 anos, e José Manoel, de 22 anos, não mais residiam com os pais. Além do açúcar, o fogo produziu 40 canadas de aguardente e mantimentos para o sustento da casa. Manoel era proprietário de 49 escravos.

No fogo seguinte, de número 131, aparecia, pela primeira vez na lista nominativa, Antonio Manoel Teixeira como cabeça de domicílio, embora não tivesse formado família e ainda estivesse construindo seu engenho, como anota o recenseador: “Esta fazendo engenho”. Dispunha de 13 escravos para o empreendimento e foi registrado pela 6ª. Cia de Ordenanças. Provavelmente, o engenho que Antonio Manoel estava construindo é o Engenho Santo Antonio da Cachoeira, nas proximidades do engenho do Salto Grande.¹⁶ Conforme transcrito na Tabela 3, a segunda geração já começava a ser recenseada como chefe de domicílio, o que demonstra a participação dos jovens na economia açucareira: Antonio Teixeira de Camargo (1792-1837), filho primogênito de Filipe Néri e Maria Leite de Camargo, e Ângelo Custódio Teixeira Nogueira (1794-1866), quinto filho de Joaquim José e Angela Isabel (MP, 1818, p. 027, 028, 029).

Em 1822, um único remanescente da primeira geração da família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Joaquim José, aparecia na lista. Seu engenho produziu 2.500@ de açúcar e possuía 70 escravos.¹⁷ Com o falecimento dos pais, Manoel e Maria Joaquina, em 1820, as duas irmãs solteiras de Antonio Manoel Teixeira, Joana Antonia, 23 anos e Ana Joaquina, 18 anos, passaram a morar com ele, irmão primogênito e solteiro. A propriedade produziu 4.000 @ de açúcar e mantimentos para o gasto; possuía 41 escravos, com idade média de 25 anos. A divisão de sexo no plantel era de 7 mulheres e 34 homens, não havendo indicação de casados. O irmão de Antonio Manoel, José Manoel Teixeira, registrado com sua mulher em outro fogo, era proprietário de 12 escravos. O recenseador anota: “Está fabricando seu engenho de assucar. Colheo mantimentos para seus gastos” (MP, 1822, p. 211).

¹⁶ Não consegui localizar o engenho Santo Antonio da Cachoeira. O Dr. Heitor Ulson afirma que o Engenho Santo Antonio da Cachoeira era o próprio Engenho Salto Grande. Carlos Lemos afirma que a pintura de Florence “Vista do sítio de Antonio Manoel Teixeira a 5 léguas de São Carlos” é do “Engenho Salto Grande”, assim, denominado por ele (Lemos). Florence identificou a pintura como sendo da “Fazenda Engenho da Cachoeira”, para conferir as denominações distintas veja: Lemos, 1999, p. 84-85 e Hercule Florence, 2009, p.81. O engenho do Salto Grande, localizado em Americana, é hoje o Museu Histórico Pedagógico Municipal Dr. João da Silva Carrão. http://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Salto_Grande. Acesso em: 02 mar. 2014.

¹⁷ No mapa está localizada a fazenda-engenho Chapadão, pertencente ao capitão Joaquim José Teixeira Nogueira. Normalmente, as propriedades açucareiras são designadas engenhos, e as cafezeiras, fazendas.

Tabela 3 - Família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira: Segunda geração de senhores de engenho, Campinas.

	Senhores de Engenho da Família Teixeira Vilela - Teixeira Nogueira									
	1818		1822		1825		1829		1835/6	
	Escr.	Prod	Escr	Prod	Escr	Prod	Esc	Prod	Esc	Prod
Antonio Teixeira de Camargo (1792-1837)	33	1.770	0	0	58	0	20	509	46	900
Ângelo Custódio Teixeira Nogueira (1794-1866)	8	0	16	800	0	0	0	0	0	0
Antonio Manoel Teixeira (1795-1850)	13	0	41	4.000	61	1.350	138	7.000	249	10.000
Maria Angela Teixeira (1795-)	0	0	0	0	0	0	77	2.400	50	2.000
Ana J. Teixeira Nogueira (1805-)	0	0	0	0	0	0	68	600	0	0
Filipe Néri Teixeira (1809-)	0	0	0	0	0	0	5	130	0	0

Fonte: MAÇOS DE POPULAÇÃO para anos selecionados

Em 1825, Antonio Manoel, com 30 anos, solteiro, aparecia sem a companhia das duas irmãs que, provavelmente, se casaram e deixaram seu fogo.¹⁸ A propriedade produziu 1.350 @ de açúcar, colheu mantimentos para o sustento da casa e da senzala. Antonio Manoel era dono de 61 escravos, sendo 24 mulheres e 37 homens. Entre os cativos, eram 24 casados (45% da escravaria maior de 10 anos), 36 solteiros e uma viúva. No plantel existiam 8 cativos menores de 10 anos, sendo que 5 eram da nação, o que denota a importação de menores de 10 anos da África (MP, 1825, p. 091, 092). Da família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, afora Antonio Manoel, apenas Joaquim José Teixeira Nogueira produzira açúcar nesse ano, como se pode observar nas Tabelas 2 e 3.

O recenseamento de 1826 inclui informações coletadas pelas outras companhias de ordenanças, cujo registro não pôde ser concluído no ano anterior. Na 5ª. Cia de Ordenanças aparece José Manoel Teixeira Vilela, irmão de Antonio, e sua mulher, proprietários de 10 escravos. Embora tenha sido observado, na lista de 1822, que José Manoel estava fazendo seu engenho, ele aparece como jornaleiro (MP, 1826, p. 035).

¹⁸ No livro 3 de matrimônios da paróquia da Nossa Senhora da Conceição consta a fls 75v o registro de casamento de Joana com o capitão Manoel do Amaral em 30 de abril de 1824. <http://familysearch.org>. Acesso em 29 mar. 2015.

Em 1829, a irmã menor de Antonio Manoel, Ana Joaquina Teixeira Nogueira, 24 anos, e seu marido, o capitão João Batista de Oliveira,¹⁹ 30 anos, foram registrados como proprietários de fábrica de açúcar e de 68 escravos. (MP, 1829, p. 051-052). Provavelmente, Ana recebeu os escravos e o engenho como herança de seus pais. José Manoel, o outro irmão, produziu mantimentos (MP, 1829, p. 100). Ainda em 1829, o último membro da primeira geração da família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Joaquim José, com 71 anos, continuava com a fábrica de açúcar, engenho do Sítio Grande, mais tarde Chapadão. Residia com sua mulher, com a filha solteira, Ana Eufrosina, 27 anos, e dois netos: Rita, 11 anos e Luis, 8 anos, filhos de sua filha falecida, Maria Luiza, que fora casada com Major Theodoro Ferraz Leite. Como agregados constavam os filhos casados: Domingos Teixeira Nogueira e Luciano Teixeira Nogueira (1803-1884), casado com a sobrinha, Francisca de Paula Ferraz (1814-1852), filha da sua irmã falecida. O casal tinha um filho, Joaquim Teodoro, de 2 anos, e era proprietário de 18 escravos (MP, 1829, p. 077- 080; PUP0, 1969, p. 260, 268, 270).²⁰

Entre os membros da segunda geração, Antonio Manoel Teixeira era quem se destacava, com uma produção de açúcar de 7.000@ e 600 canadas de aguardente e com um contingente de 138 cativos²¹ (MP, 1829, p. 055, 071, 075, 089). Comparado com seus primos-irmãos, Antonio e Maria Angela,²² Antonio Manoel mostrava uma larga vantagem nos seus negócios açucareiros, como se evidencia na Tabela 3.

As listas nominativas permitem acompanhar a participação da família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira na implantação da grande empresa açucareira. A riqueza auferida pelos três irmãos engenheiros, mantida e expandida por alguns membros da segunda geração, apon-

¹⁹ João Baptista de Oliveira era filho do professor de retórica, Estanislau José de Oliveira, e de D. Joaquina de Araújo, senhores do Engenho dos Pinheiros em Campinas (Pupo, 1969, p. 242). Era irmão de José Estanislau de Melo Oliveira, futuro Visconde de Rio Claro.

²⁰ Para Campinas, os Maços de População encerram-se em 1835/36. Entre 1830 e 1834 não há censos.

²¹ Para efeitos de comparação, em três engenhos recenseados, em 1829, no nome de Francisco Ignácio de Souza Queiroz, sobrinho, genro e coerdeiro do brigadeiro Luiz Antonio, a produção de açúcar foi de 13.000@; a de aguardente, de 1.500 canadas; e o número de escravos, de 223 (MP, 1829, p. 075, 055, 071).

²² Maria Angela Teixeira era filha de Filipe Néri e de Maria Leite de Camargo. Ficou viúva de Joaquim Ferreira da Silva em 1828 e passou a administrar seu engenho (MP, 1829, p. 051). Segundo Pupo (1969, p. 246), "D. Maria Angela foi senhora de grande fortuna, proprietária do engenho São Joaquim, no Bairro Boa Vista, e de casas e terras na vila, móveis finos, peças de adorno, prataria, joias e luxuoso guarda roupa".

tam para a *plantation* açucareira e para o acesso a sesmarias como o centro do processo de formação e expansão da riqueza.

Os próximos tópicos abordam a formação e a composição da riqueza de Antonio Manoel Teixeira (1795-1850) e de seu filho Francisco Teixeira Vilela (1829-1873). A análise baseia-se em diversas fontes: testamento, inventários, registros de hipotecas e processos de execução de dívidas. O foco está na formação do patrimônio e nas formas de obtenção de recursos financeiros para a operação e a expansão dos negócios. Conjunturas distintas percorreram os negócios do pai e do filho – o auge da economia açucareira (1835); seu declínio (1840-1850); a ascensão da economia cafeeira e seu auge (1870); e o agravamento da questão do trabalho escravo, com a Abolição do Tráfico de Escravos (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871) –, o que comprometeu os negócios, especialmente do filho, por afetar diretamente a mercadoria usada como meio de produção e como garantia de empréstimos.

4. Composição da riqueza e formas de financiamento na economia açucareira - o caso de Antonio Manoel Teixeira

Antonio Manoel faleceu em 13 de julho de 1850, com a idade de 55 anos (TESTAMENTO E INVENTÁRIO DO COMENDADOR ANTONIO MANOEL TEIXEIRA, 1852).²³ Havia iniciado sua atividade agrícola na administração dos engenhos de seu pai, Manoel Teixeira Vilela, que, como revela Pupo, proprietário do engenho do Salto Grande, foi o segundo maior latifundiário da Vila de São Carlos, com 9.700 alqueires ou 23.474 hectares de terras, sendo o primeiro o brigadeiro Luiz Antonio, com 10.932 alqueires ou 26.455 hectares (Pupo, 1983, p. 121, 127-132 e 153).

Com o falecimento dos seus pais em 1820,²⁴ recebeu três engenhos de herança – Santo Antonio da Cachoeira (sítio ou engenho da “Caxoeira”), Morro Alto e Saltinho.²⁵ Portanto, por um período

²³ Para fazer a leitura e a transcrição dos dados contidos nos inventários, contei com o auxílio de Maria Teresa Penteado Martini Garcez, a quem agradeço.

²⁴ Infelizmente não consegui localizar os inventários dos pais de Antonio Manoel Teixeira.

²⁵ Em anexo, consta o mapa do Município de Campinas com a localização das fazendas de propriedade de Antonio Manoel Teixeira e Francisco Teixeira Vilela. Não consegui localizar precisamente a fazenda Santo Antonio da Cachoeira, mas faço aproximações a partir das

do de 30 anos administrou seus próprios engenhos e negócios. Em 1833, Antonio Manoel fez seu testamento, em que diz ser natural da Vila de Pitangui, Minas, e declara ser solteiro e ter um filho natural chamado Francisco Teixeira Vilela, que mora com seu irmão, José Manoel, padrinho do menino. Institui o filho o único herdeiro universal (TESTAMENTO E INVENTÁRIO DO COMENDADOR ANTONIO MANOEL TEIXEIRA, 1852, p. 2).

Declara que “deve a vários negociantes” e “que não possui dinheiro algum em moeda” e que todos os pagamentos e disposições testamentárias “se farão dos rendimentos das fábricas” de açúcar. Diz ser proprietário de 230 escravos registrados no “livro grande”, incluindo crianças. O numeroso contingente de escravos revela a grande empresa açucareira, distinta das primeiras engenhocas do início do século XIX.²⁶

Em 1835, auge da produção açucareira, foi feita a última lista nominativa de Campinas. O recenseador registrou Antonio Manoel como engenheiro no 6º Distrito do Juízo de Paz do Município de São Carlos, quarteirão 3,²⁷ proprietário de dois engenhos, “Caxoeira” e Morro Alto, que produziram, juntos, de 9.000 a 10.000@ de açúcar. O engenho-fazenda Morro Alto era administrado por um empregado, Francisco Antonio Penteadado, e, além de produzir açúcar, tinha criação de éguas (80), “bestinhas” e “poltros” (20 a 25). O plantel de escravos era de 48. No engenho da Cachoeira havia um engenho de serra para o uso exclusivo da fazenda e tropas de 80 bestas para o “serviço de condução”. Pela primeira vez, a lista registra na propriedade a presença da lavoura de café e estima que haja de 180 a 200 mil pés plantados há 3 anos.²⁸ O plantel na Cachoeira era de 201

informações fornecidas por Hercule Florence. Na parte do rodapé da pintura do sítio de Antonio Manoel, Hercule Florence descreveu sua localização a 5 léguas da Vila de São Carlos, a noroeste (2009, p.80). Suponho que o engenho ficava próximo do engenho do Salto Grande, de propriedade do seu pai, guarda-mor Manoel Teixeira Vilela, na confluência dos rios Atibaia e Jaquari. No mapa, estão assinaladas as fazendas Salto Grande, Morro Alto, Saltinho e a Santa Maria. Esta última não pertencia a Antonio Manoel, mas a Francisco Teixeira Vilela, seu filho.

²⁶ Nos primeiros engenhos, o número médio de cativos era de 22 (Eisenberg, 1989, p. 344-372).

²⁷ As listas nominativas, a partir de 1835, passaram a adotar uma regionalização baseada nos distritos do Juiz de Paz, abandonando a divisão por Companhias de Ordenanças. Há uma lista para o ano de 1836, mas é uma continuação da de 1835, pois ela é composta por distritos do Juiz de Paz que não haviam sido registrados no ano anterior.

²⁸ A plantação de café aparece na pintura de Hercule Florence, *Vue du sítio d'Antonio Manoel Teixeira, à 5 lieues de S. Carlos, Prov. du S. Paulo* (FLORENCE, 2009, p. 80).

escravos.²⁹ Somando os plantéis das propriedades, o número de cativos era de 249, o que parece estar de acordo com o seu testamento escrito dois anos antes, no qual estimava em 230.

Passados quinze anos, no inventário, o monte mor ou a riqueza total acumulada tornava Antonio Manoel um dos grandes senhores de engenho do município de Campinas. O total da riqueza atingia Rs382:732\$608 (trezentos e oitenta e dois contos setecentos e trinta e dois mil réis), segundo a Tabela 4.

Tabela 4 - Composição da riqueza e das dívidas de Antonio Manoel Teixeira 1850.

Composição da riqueza e das dívidas	Valor	% Monte-Mor	% Monte-Líquido
Imóveis Rurais (plantações e terras)	150:310\$000	39%	76%
Engenho da Cachoeira	87:200\$000	23%	44%
Imóveis Urbanos	11:300\$000	3%	6%
Objetos de ouro e prata e móveis	5:512\$960	1%	3%
Semoventes	10:857\$300	3%	6%
Ativos monetários e financeiros	6:755\$670	2%	3%
- Ações da Barca Ypiranga de Navegação Santista	6:000\$000	2%	3%
Escravos	184:220\$000	48%	94%
Dívidas Ativas	13:776\$678	4%	7%
MONTE-MOR	382:732\$608		
DÍVIDA PASSIVA	162:979\$389	43%	
Despesas do inventário legados e vintena	23:091\$328	6%	
TOTAL DAS DÍVIDAS	186:070\$717	49%	
MONTE-MOR LÍQUIDO	196:661\$891	51%	

Fonte: TESTAMENTO E INVENTÁRIO DO COMENDADOR ANTONIO MANOEL TEIXEIRA, 1852.

A principal riqueza inventariada foi o ativo humano – os escravos –, em número de 469 e no valor de Rs184:220\$000 (cento e oitenta quatro contos duzentos e vinte mil réis), com uma participação de 48% no total da riqueza. A segunda maior riqueza inventariada era o ativo físico, composto por terras, plantações e demais benfeitorias existentes nas seis propriedades arroladas. Os engenhos estavam localizados em três propriedades, com casas de moradas, sen-

²⁹ Incluindo os 55 cativos não listados nominalmente da seguinte forma: “55 creolinhos de 5 anos para menos” (MP, 1835: 050).

zalas, casa de máquinas, etc., além de áreas de cultivo de cana e de alimentos, sendo a principal propriedade o engenho da Cachoeira, que correspondia a 58% do total do valor de todas as outras. As de menor valor, como o Sítio da Lagoa, o Sítio Jaguari, em sociedade com José Camargo e Oliveira, e o Sítio Califórnia eram dedicadas ao cultivo de alimentos para o consumo da escravaria e ao pouso de tropas. Os imóveis rurais, onde se realizava a atividade produtiva, tinham uma participação no monte mor de 39%, totalizando o valor de Rs150:310\$000 (cento e cinquenta contos trezentos e dez mil réis). Estes dois itens – escravos e imóveis rurais - compõem quase a totalidade da riqueza acumulada, 87%. Alguns ativos do patrimônio merecem destaque, seguindo a ordem dos seus valores: chácara de São Paulo; ações da empresa de navegação Santista; objetos de ouro e prata e peças de mobiliário; bestas e carros, gado e ativos monetários.

A chácara de São Paulo localizava-se no subúrbio da cidade denominado Nossa Senhora da Luz, no caminho para Campinas. A propriedade fora comprada do Barão de Antonina, João da Silva Machado (1782-1875), provavelmente depois de 1842. Nos terrenos da chácara, havia uma casa de sobrado de moradia, plantações de alimentos e pastagens. Provavelmente, a chácara tinha a função de servir de pouso para as tropas de bestas que traziam açúcar dos engenhos de Campinas para Santos.³⁰ Pela descrição do mobiliário e dos objetos utilizados à mesa, percebe-se que Antonio Manoel desfrutava de uma vida social intensa: reuniões, saraus e jantares, com amigos políticos e visitantes, cumprindo as atribuições de deputado provincial.

Depois de liderar a Revolta Liberal de 1842, Antonio Manoel foi anistiado e agraciado pelo Governo Imperial com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa, que lhe permitiu ostentar o título de comendador.³¹ De 1846 e 1849, foi deputado provincial na 6^{a.} e 7^{a.} Legislaturas.³²

³⁰ Alice Canabrava, no estudo sobre as chácaras paulistanas, menciona que, nos anúncios de chácaras na capital, havia referência ao aluguel do capinzal ou do pasto e do rancho para os tropeiros. Isso sugere que naquelas chácaras próximas às estradas abrigavam-se tropas de transporte vindas de Santos ou do interior (Canabrava, 2005, p. 238).

³¹ Esta foi a primeira vez que o Imperador D. Pedro II distinguiu com uma comenda um cidadão de Campinas (Pupo, 1969, p. 240).

³² Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/base_de_dados/imperio/imperio-deputadoshtml>. Acesso: mar. 2012.

As apólices de ações da empresa de navegação Santista eram o único ativo financeiro presente no inventário. Elas tornam evidente a magnitude da produção açucareira de Antonio Manoel, que o levou a investir no transporte para a travessia do rio Cubatão para chegar ao porto de Santos. As bestas e os carros de bois arrolados no inventário complementavam o serviço de transporte do açúcar e mostram que ele tinha sua própria tropa. Por certo, a melhoria do transporte pressionou-o a investir no aterro de Cubatão. Como relata Hercule Florence:

*Foi ele [Antonio Manoel] que fez a estrada de Santos a Cubatão; duas léguas e meia de aterro em um terreno lodoso e submerso. Este trabalho, de uma alta importância considerando as circunstâncias topográficas do país, só poderia ser feito por ele, pois os paulistas não têm aptidão para construir estradas. [...] pode-se avaliar a importância de uma estrada para um país que retira tudo do mar, que não possui nenhum rio que deságua no mar, e que deve além disso transpor uma `Serra` cuja encosta marítima é um grande precipício de [em branco] metros. Antonio Manoel perdeu quarenta negros no trabalho desse trecho de estrada, devorados pelos miasmas deste terreno insalubre. (Trecho do manuscrito *L'inventeur au Brésil - 7me. Envoi*. HERCULE FLORENCE, 2009, p.99)*

Há escassez de ativos monetários, o que não é de estranhar, pois era raro guardar-se dinheiro, quer metálico, quer papel-moeda, o que confirma a declaração feita no testamento.

Quanto ao crédito, Antonio Manoel não era prestador de dinheiro a juros.³³ As dívidas ativas representavam 4% da riqueza, e seus rendimentos provinham, exclusivamente, das atividades produtivas, e não da renda capitalista. Quanto às dívidas passivas, há uma enorme

³³ Eisenberg verificou, para os períodos de 1798-1799, 1809-1818 e 1819- 1829, que a importância das dívidas ativas dos senhores de engenho mais ricos de Campinas foi diminuindo. O que constata corrobora o achado de Eisenberg: para o período de 1819-1829, Eisenberg (1989, p. 384-385) encontrou, para as dívidas ativas, a participação na riqueza de 4,6%, o que não é muito distante do que encontrei para Antonio Manoel, 4%.

surpresa: Antonio Manoel tinha um enorme passivo que chegava a Rs162:979\$389 (cento e sessenta e dois contos novecentos e setenta e nove mil e trezentos e oitenta e nove réis) e representava 43% do total da riqueza acumulada. Em outras palavras, 43% do patrimônio acumulado, ao longo dos últimos 30 anos, estavam comprometidos com o pagamento de credores. O que se deduz é que a atividade açucareira, nas dimensões realizadas pelo comendador, exigiam muitos recursos para cobrir as operações dos engenhos e sua manutenção, a compra de escravos, a alimentação e o vestuário,³⁴ os custos dos transportes, a manutenção de tropas e de estradas.

Quem seriam os credores? Quem financiaria a atividade açucareira? Entre os credores, os principais eram: comendador José Manoel da Silva, credor da importância de Rs68:348\$664 (sessenta e oito contos, trezentos quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e quatro réis); Barão de Iguape, credor da importância de Rs30:814\$631 (trinta mil contos, oitocentos e quatorze mil seiscentos e trinta e um réis); por fim, o tenente coronel Francisco Ignácio de Souza Queiroz (a herança), credor da importância de Rs23:888\$080 (vinte e três contos, oitocentos e oitenta e oito mil oitenta réis). Estes três credores totalizavam Rs123:051\$375 (cento e vinte três contos, cinquenta e um mil e trezentos e setenta e cinco réis), o que representava mais de 75% do total da dívida. Os dois primeiros eram grandes comerciantes de açúcar (Petrone, 1976); quanto ao terceiro, era grande proprietário de engenhos em Campinas, filho de Francisco Antonio de Souza Queiroz, que fora sócio “por escritura” em engenhos de Manuel Teixeira Vilela, pai de Antonio Manoel (Pupo, 1983, p. 148).³⁵ Em síntese, os credores eram grandes comerciantes, senhores de engenho e, sobretudo, capitalistas privados que emprestavam dinheiro a juros.

Uma observação sobre o sistema bancário e financeiro da primeira metade do século XIX mostra que instituições monetárias e financeiras – bancos – em São Paulo eram inexistentes. Somente em 1856 foi estabelecida a Caixa Filial do Banco do Brasil, presidida pelo

³⁴ Com respeito às roupas dos escravos, é interessante observar, no inventário, o arrolamento de tecidos os mais variados: 323 côvados de chita ordinária, 90 côvados de riscado, 16 varas de riscado americano, 18 varas de algodão, 43 varas de morim, 25 varas de brim de linho, 7 côvados de riscado de lã e baeta. O valor total desses tecidos era de Rs133\$500 (cento e trinta e três mil e quinhentos réis). Côvado era medida de comprimento equivalente a 66 cm (HOUAISS, 2001, p. 858); Vara era medida de comprimento do antigo sistema métrico e equivale a 1 metro e 10 centímetros (HOUAISS, 2001, p. 2.829).

³⁵ Veja nota de rodapé 16.

Barão de Iguape (Saes, 1986, p. 72-3).³⁶ O credor da dívida arrolada no inventário de Antonio Manoel era o próprio Barão de Iguape,³⁷ Antonio da Silva Prado (1788-1875), cuja fortuna se originou das atividades de comerciante de açúcar e coletor de impostos. No auge da produção açucareira paulista, o Barão deve ter sido o responsável pela venda de 6 a 10 % da produção de São Paulo (Levi, 1977, p. 59). O comércio de açúcar o levou ao comércio de escravos. A coleta de impostos públicos era sua segunda maior atividade, porém, devido à instabilidade do mercado açucareiro, tornou-se a mais rendosa e estável, pois contava com o poder da Coroa para o seu exercício.

Antes do Código Comercial de 1850 e da legislação hipotecária de 1864/65, as possibilidades de financiamento eram restritas. Portanto, era comum senhores de engenho e fazendeiros recorrerem a capitalistas privados, crédito usurário, para a obtenção de financiamento (Marcondes, 2002, p. 147-8). Em São Paulo, as instituições bancárias chegaram mais tarde do que no Rio de Janeiro. Quando a família real portuguesa veio para o Brasil, em 1808, fundou o primeiro Banco do Brasil (1808-1829), mas sua atuação foi restrita a financiamentos comerciais, e, principalmente, a cobrir os gastos do governo. Extinto em 1829,³⁸ o Brasil viu-se privado de instituição bancária até 1838. Segundo a historiografia, a dificuldade de estabelecer um sistema de crédito bancário legal advinha de três fatores: limite na aplicação de juros, proibição da usura extinta somente em 1832; dificuldade na execução das dívidas, que esbarrava nos privilégios concedidos aos senhores de engenho e aos mineradores, cujo patrimônio – as fábricas e os escravos – não poderia ser arrematado para o pagamento da dívida; e falta de registros dos bens hipotecados. Esses dois últimos fatores somente foram eliminados com a reforma da legislação hipotecária e com o estabelecimento das sociedades de crédito real pela Lei 1.237, de 24 de setembro de 1864 (Marcondes, 2012, P. 2-6; Peláez; Suzigan, 1981, P. 33-118; Schulz, 2013, p. 87-108). Na ausência de um sistema de crédito baseado em instituições bancárias,

³⁶ A diretoria era composta pelo Barão de Itapetinga; pelo Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz; pelo Barão de Tietê; por Thomas Luiz Álvares, Dr. Martinho da Silva Prado e Jayme da Silva Telles. Este último foi inventariante e testamenteiro da Antonio Manoel. Sobre o Barão de Iguape ver PETRONE (1976).

³⁷ Em 1848, D. Pedro II concedeu-lhe o título de barão, por sua atuação nas forças legalistas na Revolta Liberal de 1842. É interessante ponderar que ele se torna credor de um adversário político, pois Antonio Manoel foi líder dos revoltosos.

³⁸ Schulz afirma que a falência do Banco do Brasil foi devida à má gestão - a dilapidação de seus recursos levados na bagagem de D. João VI, quando retornou a Portugal (1821), e à guerra da Cisplatina (1825-1828), o que depauperou ainda mais o banco (SCHULZ, 2013, p. 62).

os grandes comerciantes do Rio de Janeiro, assim como os de São Paulo, atuavam como capitalistas privados, fornecendo adiantamentos e empréstimos.

É este o padrão que está evidenciado no caso de Antonio Manoel: seus credores são privados e não institucionais, porém não há, no transcorrer do processo de inventário, protelação para saldar as dívidas ou mesmo dificuldade na venda dos bens, terras, plantações, engenho e escravos, para pagamento dos credores. Dada a proximidade entre o devedor e os credores, relação comercial, de confiança e de amizade, parece inaceitável e improvável o não cumprimento do contrato verbal ou por escrito, pois isso necessariamente comprometeria os negócios futuros, e o nome do devedor faltoso passaria a ser recusado para a obtenção de crédito. Embora as dívidas tivessem valor expressivo, o patrimônio acumulado por Antonio Manoel era suficiente para honrar os compromissos. No próprio inventário há a descrição da forma como se procedeu para saldar as dívidas.³⁹

O acervo patrimonial de Antonio Manoel dispunha de três engenhos: da Cachoeira, do Morro Alto e do Saltinho; três sítios: Lagoa, Jaguari e Califórnia; e a chácara em São Paulo. À exceção do Engenho da Cachoeira e do Morro Alto, transmitidos como herança para o único herdeiro, as demais propriedades foram utilizadas para saldar as dívidas do acervo.

O sítio Califórnia dos Cristais, no distrito da Vila de Jundiaí, foi avaliado em Rs100\$000 (cem mil réis). Não há muitos dados sobre a propriedade; localizei apenas um escravo, Bento, como sendo de Califórnia. Segundo Barão Tschudi, o local, no caminho para São Paulo, era bem servido de pastagens.⁴⁰ É provável que o sítio servisse de pouso para os seus tropeiros⁴¹ que transportavam o açúcar para Santos. Antes da ferrovia Santos-Jundiaí (1867), para chegar a Santos, saindo de Campinas, eram 12 dias e, somente no trecho de Campinas a Jundiaí, as tropas demoravam um dia inteiro.

³⁹ Não há identificação do credor que recebeu um bem determinado, muitas vezes vários credores se tornam proprietários de um único bem. Ao que parece, formou-se um fundo, principalmente com a venda dos escravos, para o pagamento dos credores.

⁴⁰ Tschudi narra que, no trajeto de São Paulo a Jundiaí, ele e seus companheiros pararam “alguns minutos em Califórnia, onde o alemão Müller tem uma venda”. Prosseguiram a viagem e demorou duas horas para chegar a Jundiaí (Tschudi, 1953, p. 128).

⁴¹ Somente no Engenho da Cachoeira, havia o registro de 7 a 9 escravos com ofício de tropeiros e muitos muars.

A venda das propriedades rurais e de uma casa de morada na cidade de Campinas não foi suficiente para quitar o montante expressivo da dívida passiva, tendo sido necessário vender os escravos em praça pública. Em 1851, quando os escravos foram levados para a arrematação, o momento não poderia ser mais favorável aos vendedores da mercadoria, pois o mercado reagia à lei de 4 de setembro de 1850, que extinguiu o tráfico internacional de escravos para o Brasil. A primeira reação foi a brutal elevação dos preços. A oferta de braços ficou seriamente abalada, e a demanda era cada vez mais intensa, principalmente por parte dos novos fazendeiros, que abriam lavouras de café na região de Campinas.⁴²

Do total de 460 escravos arrolados no inventário, foram vendidos em praça pública 171: 48% correspondiam a homens solteiros com idade média de 23 anos. O preço médio de venda foi de Rs731\$289 (setecentos trinta e um mil e duzentos e oitenta e nove réis), enquanto o preço médio da avaliação feita há um ano fora de Rs452\$651 (quatrocentos e cinquenta dois mil e seiscentos e cinquenta e um réis), ou seja, uma valorização de 62%. Obviamente, a diferença entre o preço médio da arrematação e o da avaliação dependia da idade, do sexo, do ofício exercido e do estado de saúde dos cativos. Entretanto, naquela conjuntura, os escravos, independentemente daqueles atributos, tiveram seus preços de arrematação elevados em relação aos da avaliação. Mesmo escravos mais velhos, doentes, fujões etc., foram vendidos por preços superiores ao estimado pelos louvados por ocasião do inventário.

Alguns credores receberam diretamente 18 escravos, como forma de pagamento dos empréstimos,⁴³ e esses, provavelmente, obtiveram um ganho extraordinário, pois recebiam uma mercadoria subavaliada no inventário, em relação aos novos preços vigentes no mercado de escravos.

Com a venda de escravos supervalorizados em decorrência da proibição do tráfico e de propriedades secundárias, foi possível pagar

⁴² Uma das medidas para contornar a proibição do tráfico africano foi o comércio interprovincial - compra e venda de escravos entre as províncias e transferências de escravos das regiões econômicas estagnadas, como a nordestina (algodão, açúcar etc.) e a do sul, Pelotas (charqueadas), para a região cafeeira em expansão (Motta, 2010).

⁴³ No inventário, 18 escravos constavam da lista de pagamento de credores e não da lista dos cativos arrematados em praça pública. Logo, deduzi que eles foram entregues diretamente aos credores.

os credores e deixar um patrimônio considerável para o herdeiro. É disso que o tópico seguinte irá tratar.

5. Composição da riqueza e formas de financiamento na economia cafeeira - o caso de Francisco Teixeira Vilela

Francisco Teixeira Vilela faleceu em 17 de outubro de 1873, com a idade de 44 anos. Herdeiro universal dos bens deixados no acervo de Antonio Manoel, de quem era filho natural com “mãe incógnita”,⁴⁴ havia recebido 255 escravos, no valor de Rs93:800\$000 (noventa e três contos e oitocentos mil réis)⁴⁵ e as principais propriedades açucareiras: o Engenho da Cachoeira e do Morro Alto. Herdou tropas de bestas; um imóvel na cidade de Campinas, mobílias, joias, objetos de decoração, um piano e a comenda da Ordem do Rosa, que lhe permitiu usar o título de comendador.

Por 23 anos administrou as propriedades herdadas, expandiu o cultivo do café, que seu pai fora um dos primeiros a introduzir na região de Campinas, transformou o engenho do Morro Alto em uma importante fazenda de café, com 200 mil pés da rubiácea; abriu uma nova fazenda, Santa Maria, com 800 mil pés de café. Diminuiu paulatinamente as extensas plantações de cana-de-açúcar e a própria fabricação de açúcar do engenho da Cachoeira, para restringi-las às necessidades de consumo dos escravos e da família. Ampliou a riqueza herdada por meio da compra de terras e escravos e de novas plantações de café.⁴⁶

Na década de 1860, o comendador realizou diversas aquisições de terras, fazendas, na região de Campinas e arredores: Fazenda Area Branca, no Espírito Santo do Pinhal, com casa de morada, depósitos, plantações novas de 30 mil pés de café, matos incultos, com um total de 1/2 légua, e mais 22 escravos, que correspondiam ao valor de Rs32:100\$000 (trinta e dois contos e cem mil réis); a Fazenda

⁴⁴ Francisco foi batizado na capela no Engenho da Caxoeira em 15 de julho de 1829, tendo como padrinhos seus tios, José Manoel Teixeira Vilela e esposa (Pupo, 1969, p. 240). Casou em 28 de maio de 1853 com Maria Josepha da Conceição, segundo livro 5 de matrimônios fls 82. <http://familysearch.org>. Acesso 29 mar.2015.

⁴⁵ Este valor corresponde ao da avaliação; logo, está subestimado. Como foi constatado, o preço médio do escravo no mercado estava 58% mais elevado do que o preço médio estimado pelos louvados no assentamento dos cativos no inventário.

⁴⁶ A safra de café 1874/75 foi estimada em 50 mil arrobas.

Invernada, em Campinas, com seus 98 escravos, que totalizavam R\$117:450\$000 (cento e dezessete contos, quatrocentos e cinquenta mil réis); a Fazenda Paiol, na freguesia de São Domingos, município de Botucatu, adquirida por compra e escriturada em 1864 (INVENTÁRIO DO COMENDADOR FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA, 1873, 355-56)

Em 1867, o comendador realizou uma surpreendente compra de escravos. De uma única vez, adquiriu 186 escravos da firma Gavião, Ribeiro & Gavião, vindos de Castro, Província do Paraná. A historiografia abordou a venda desses escravos. Pena (1999, p. 243) estudou as tensões sofridas pelos cativos por ocasião da venda para outro senhor. O episódio envolveu a venda dos escravos da fazenda Capão Alto, pertencente à ordem religiosa dos Carmelitas. Ali os escravos gozavam de total autonomia para organizar o trabalho, administrar a produção e, inclusive, a comercialização.⁴⁷ Em 1864, uma grande transação mudou completamente a vida dos escravos: os carmelitas arrendaram a fazenda e os 241 escravos para uma firma de São Paulo, Gavião, Ribeiro & Gavião.⁴⁸ Três anos depois,⁴⁹ a firma arrendatária decidiu usar alguma prerrogativa do contrato de arrendamento e vender uma parte da escravaria. A transferência dos escravos para o novo proprietário foi marcada pela resistência dos escravos, que se negavam a abandonar a fazenda, por medo de enfrentar o trabalho nas zonas cafeeiras paulistas,⁵⁰ e pela brutalidade empregada das forças policiais contra os escravos. A transação foi concluída com o emprego da violência policial da comarca da Vila de Curitiba e da Vila Nova de Castro, que, juntas, defenderam os interesses da firma dos irmãos Gavião. Em que pesem os esforços do poder público na defesa dos capitalistas, a ironia ficou por conta da firma protegida, que não recolheu aos cofres da província do Paraná o imposto de saídas dos escravos, burlando o fisco em R\$11:800\$000 (onze contos

⁴⁷ Pena cita uma reportagem publicada na *Gazeta Paranaense* de 1886, que conta a história da fazenda Capão-Alto, na qual é tratado o episódio da venda e há o seguinte relato: "... [os escravos] nomeavam entre si por eleição o *diretor* de cada semana. Este *diretor* devia receber da Santa as inspirações do que era obrigado a fazer executar [na produção]. (GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 30 set. 1886, 10: 218)" (Pena, 1999, p. 323). Agradeço ao Prof. Carlos Lima pela indicação deste estudo.

⁴⁸ Segundo Flávio Saes, a casa bancária de Bernardo Avelino Gavião Peixoto distinguiu-se pelo poder de influência na corte do Rio de Janeiro. Bernardo Gavião envolveu-se em transações de alto vulto nos anos de 1860 (Saes, 1986, p. 72-77). Bernardo Gavião atuava na casa bancária e na firma Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião.

⁴⁹ O arrendamento era de R\$8:000\$000 (oito contos de réis) por ano, mas a ordem recebeu adiantado o valor correspondente a três anos de arrendamento.

⁵⁰ O rigor do regime de trabalho nas fazendas de café parece ter sido difundido entre os escravos.

e oitocentos mil réis) (Pena, 1999, p. 324).⁵¹ Em compensação, o imposto de meia siza, referente à compra dos escravos, foi recolhido à Coletoria de Rendas Campinas pelo comendador Francisco Teixeira Vilela, conforme os livros da repartição.⁵²

É provável que os escravos vindos da fazenda da ordem religiosa tivessem familiaridade com música, e isso tivesse levado o comendador a organizar a banda musical na fazenda Santa Maria. Uma notícia no almanaque da *Província de São Paulo*, sob o título “Musica de Pretos”, conta que o comendador organizou na sua “notável” fazenda Santa Maria,

[...] uma banda de música toda ela formada por seus escravos. Já por duas vezes a banda veio à Campinas para se apresentar captando sempre immenso interesse já pela sua originalidade, já pelos progressos alcançados em um tempo muito curto, pois executam com saliente pericia e muita justeza peças lindas e difficeis. A banda esteve na inauguração da estrada de ferro – Jundiáí a Campinas - dia 11 de agosto de 1872, - sob a regência de seu mestre, o professor Sr. Sabino Antonio da Silva (ALMANAK DE CAMPINAS, 1873, p.46)

Na inauguração da estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a banda executou a peça musical “A estrada de ferro” – nada mais propício –, composta pelo músico e maestro Santana Gomes, irmão de Antonio Carlos Gomes.⁵³ Esta foi a única banda de música formada exclusivamente por escravos, de que se tem notícia em Campinas.

Em 1872, um ano antes de sua morte, Francisco constava da lista dos lavradores contribuintes da arrecadação do imposto (Lei Provincial n. 27, 30/03/1872) para as obras da Matriz Nova de Campinas. Foi

⁵¹ Mais do que a resistência dos escravos e a violência policial, a sonegação ao fisco gerou muitos processos jurídicos.

⁵² O comendador recolheu a importância de 30 mil réis por escravo, totalizando Rs5:580\$000 (cinco contos, quinhentos e oitenta mil réis) à Collectoria de Campinas, 1867-1868, livro 43, p. 11-12.

⁵³ Agradeço ao Dr. Heitor Ulson, atual proprietário da fazenda Santa Maria e a sua filha, pelas informações sobre a fazenda, sobre a compra dos escravos da ordem carmelita e sobre a correspondência entre o comendador e Carlos Gomes. Agradeço ainda pela generosidade com que sempre me receberam.

classificado na última classe, 11^a, ou seja, a dos maiores lavradores de Campinas, que deveriam pagar um imposto anual de 1:000\$000 (um conto de réis), por terem colhido entre 25 mil a 30 mil @ de café, açúcar ou algodão. Na 11^a classe, além de Francisco, constava apenas o Barão de Limeira, Vicente de Sousa Queiroz (1813-1872), filho do brigadeiro Luis Antonio e de d. Genebra de Barros Leite. Ambos eram os maiores produtores de Campinas (GAZETA DE CAMPINAS, 12 dez. 1872, p.2).

O inventário *post mortem* traz uma fotografia da composição de riqueza. Na Tabela 5 há uma síntese de alguns itens e do monte mor apurado: seu valor é de Rs1.302:563\$880 (um mil trezentos e dois contos, quinhentos e sessenta e três mil e oitocentos e oitenta réis) e somente os bens rurais correspondem a 95,8%. A distribuição do patrimônio entre ativos não difere daquela de Antonio Manoel Teixeira. Há uma clara concentração da riqueza em escravos e plantações de café, incluindo terras e benfeitorias. No assentamento da matrícula havia 452 escravos e mais 13 ingênuos registrados. A riqueza acumulada indica que ele deveria ser um dos homens mais ricos da região naquele tempo.⁵⁴

Tabela 5 - Composição da riqueza e dívida de Francisco Teixeira Vilela, 1873

Composição da riqueza e dívida passiva	Valor	%
Escravos	604:000\$000	46,37
Benfeitorias	60.000\$000	4,61
Cafezais	360:000\$000	27,64
Terras	210:000\$000	16,12
Móveis	9:929\$880	0,76
Semoventes	3:840\$000	0,29
Imóveis e móveis urbanos	54:793\$000	4,21
Total Monte – mor	1.302:563\$880	100,0%
Dívida Passiva (estimada)	1.400:000\$000	

Fonte: INVENTÁRIO DO COMENDADOR FRANCISCO TEIXEIRA VILELA, 1873.

⁵⁴ Para uma referência comparativa do valor da riqueza do comendador, pode-se tomar o capital da Cia Mogiana de Estradas de Ferro de Rs3.000:000\$000 (três mil contos de réis) em 1872. (ALMANAK DE CAMPINAS 1873, p. XX- XXI; ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO para 1873, p. 38).

Entretanto, na abertura do inventário, em 28 de outubro de 1873, em que se afirma que o comendador “morreu repentinamente e sem testamento”, os avaliadores, o advogado, os curadores já constatavam que as dívidas passivas, os créditos hipotecários e comerciais eram superiores ao acervo patrimonial.⁵⁵ Apesar de ter amealhado uma enorme riqueza, Francisco gerara uma dívida que se mostrava impagável, que deixava a viúva, Maria Josepha Conceição Vilela, e seus dois filhos menores, José, de 19 anos e Antonia Augusta, de 16 anos, sem nenhum patrimônio. Como foi afirmado em um dos processos de execução de dívida, o acervo hereditário ficou completamente comprometido com a dívida. O falecimento prematuro do comendador pegou-o completamente endividado: não lhe restou o tempo necessário para recuperar e recompor suas finanças, por meio do rendimento do café.

Na primeira escritura de hipoteca, com data de 14 de abril de 1868, que localizei no livro de registro especial de hipotecas o comendador Francisco Teixeira Vilela e sua esposa, lavradores de Campinas, aparecem como devedores, na escritura especial de hipotecas, do valor de Rs524:861\$573 (quinhentos e vinte e quatro contos, oitocentos e sessenta e um mil e quinhentos e setenta e três réis), tendo como credores Teixeira Leite e Sobrinhos, capitalistas residentes na Corte, Rio de Janeiro. O prazo de vencimento era 8 de abril de 1873, com juros de 10% ao ano; 12% ao ano das quantias que recebessem depois da presente escritura em conta corrente. Como garantia, foram dadas a Fazenda Santa Maria, com seus 800 mil pés de café, mais ou menos; todas as benfeitorias e máquinas; e 250 escravos, como acessórios à fazenda, tendo sido os devedores obrigados a substituir os escravos que viessem a falecer.⁵⁶ A escritura pública ainda determinava que os devedores eram obrigados a consignar o café colhido (estimado em 50 mil @ anuais) nos estabelecimentos hipotecários nas praças de Santos e do Rio de Janeiro, para os credores venderem por conta dos devedores, e o produto líquido deveria ser registrado a crédito em conta corrente, o que caracterizava a operação da casa comissária.

⁵⁵ No transcorrer das primeiras declarações, as dívidas passivas foram estimadas em Rs1.400:000\$000 (1 mil e quatrocentos contos de réis).

⁵⁶ Os nomes dos escravos vinham arrolados na escritura pública CRTD – S3, IH, L11 número de ordem 110:34. Ali havia a observação de que a substituição das garantias dadas em escravos, caso algum viesse a falecer antes de se passar a escritura, seria feita em escritura especial, pois, na ocasião da assinatura, o devedor, Comendador Francisco Teixeira Vilella, não sabia se algum havia falecido ou não. “Tudo na forma de contrato”. No inventário há descrição do crédito hipotecário, no Proc. 4359, 1873, p. 334-334v.

Antes do prazo do vencimento do título, a firma Teixeira Leite e Sobrinhos entrou em liquidação. Uma nova escritura pública de hipoteca foi averbada⁵⁷ (LIVROS DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTOS, 1868, p. 54) e lavrada em 5 de setembro de 1871, no valor de Rs528:684\$720, tendo como credores o Banco do Brasil e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.⁵⁸ Na nova escritura, a Fazenda Santa Maria, hipotecada aos novos credores, é descrita com maiores detalhes, possui “450 alqueires de terras de cinco mil braças superficiais cada uma”, “800 mil pés de café”, e “288 escravos”. O imóvel, garantia do título, é descrito com as seguintes características:⁵⁹

uma casa de vivenda em construção e 39 lanços de casas servindo de senzalas, moradia provisória e tulhas de café, nove lanços mais em frente e seis ditos em frente da casa de máquinas com varanda nos fundos, uma casa nova bem construída [...] máquina a vapor de descascar café, uma tulha de café com dois lanços [...]. terreiro [...] um engenho de secar de nove mãos e nove pilões, um engenho de serrar madeira movido a água, moinho de moer milho, paiol, plantações e 288 escravos de ambos os sexos e de diferentes edades empregados no serviço da lavoura da referida fazenda.

O segundo credor hipotecário era a firma B. Gavião e Cia, sucessora da firma Gavião, Ribeiro & Gavião, a mesma que vendera os 186 escravos em 1867. Talvez esse contrato fosse para financiar a compra dos cativos. A primeira escritura de obrigações hipotecárias foi assinada em 13 de março de 1869, tendo sido, após a morte de Francisco, sucessivamente negociada e reforçada por mais garantias pela viúva, meeira e inventariante e pelos herdeiros do comendador.⁶⁰ Como cessionário de outros credores hipotecários,⁶¹ a B.

⁵⁷ CRTD – S3, IH, L11 número de ordem 170, p. 54. De agora em diante citado com CRTD, L11: 54.

⁵⁸ O London and Brazilian Bank também participava na escritura de hipoteca.

⁵⁹ No inventário estas informações não constam. O inventário está cheio de lacunas.

⁶⁰ Execução civil. Exequente - B. Gavião e Cia; Executados - viúva e herdeiros de Comendador Francisco Teixeira Vilela. Ano de 1877, 31 de agosto de 1877. TJC, 1º. Of., Cx 276, Processo 4649.

⁶¹ Deutsch Brasilianische Bank (Banco Alemão); Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo e Coronel Joaquim Quirino dos Santos.

Gavião e Cia reivindicou a importância de Rs450:495\$340, principal e juros contados até o dia 17 de agosto de 1876. Após diversas tentativas fracassadas de receber esse valor, por meio de ações de execução de dívida e de sequestro de bens hipotecados, o procurador e solicitador representante da firma, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, requereu:

que o juiz tome em consideração a sistemática chicana que se tem desenvolvido nas causas dos credores da herança Villela com grave dano dos interesses da justiça e dos direitos dos credores que se vem impossibilitados de vir a juízo pedir que sejam levados aos efeitos garantidos pela lei. (B. GAVIÃO & CIA, 1877, p. 102)

Por fim, a firma B. Gavião e Cia. fez cessão e acordo com o Banco Rural e Hipotecário, passando os direitos de execução da dívida em 27 de março de 1878.

Um terceiro credor hipotecário de expressão era a Casa Bancária Mauá, que, em função de falência, em 1875, fez a cessão de direito da dívida da obrigação hipotecária, escriturada em 20 de janeiro de 1871, no valor de Rs250:381\$990, também para o Banco Rural e Hipotecário. A solução da cessão dos direitos de cobrança da dívida para o Banco Rural e Hipotecário foi a forma mais racional de gestão do acervo deixado pelo comendador e dava ao credor que transferia os direitos maior segurança de que, algum dia, o valor devido iria ser saldado.⁶² A razão para esse procedimento fundamentava-se no fato de que os sucessivos créditos hipotecários contratados pelo comendador possuíam as mesmas garantias – em fazendas, terras – e, principalmente, os mesmos escravos.

⁶² O processo do inventário ficou paralisado de novembro de 1874 a 20 de setembro de 1875, provocando revolta entre os credores que desentranharam seus documentos originais para entrarem contra a herança por meio de outra forma jurídica, que não a do processo de inventário (Proc.4359, 1873: 244 e 268-69). Francisco Glicério era o procurador do grupo de credores liderados por um grande comerciante de café da praça de Santos, José Ricardo Wright e C.; participavam do grupo: Bastos e Cia, Guilherme P. Ralston e mais credores.

Todos os credores comerciais e hipotecários⁶³ fizeram cessão de direitos de suas dívidas ao Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. Este passou a ser o gestor financeiro do acervo e o administrador da fazenda Santa Maria, cujos rendimentos eram empregados nos pagamentos dos credores e no custeio das despesas da viúva e dos herdeiros. O herdeiro José Teixeira Vilela participava da administração, respondendo a Antonio José de Barros Medeiros, depositário da fazenda Santa Maria, em nome do Banco Rural e Hipotecário. Todos os demais bens de raiz - fazendas, sítios, engenhos, terras, casas de moradas e terrenos urbanos e escravos ligados às propriedades - foram leiloados e arrematados na praça de Campinas para saldar os débitos. Finalmente, em 1892, a fazenda Santa Maria foi vendida para Cia. Rural do Brasil e o acervo hereditário *pro indiviso* foi encerrado.

A última averbação transcrita no livro de registro de hipotecas confirma que a plena quitação dos devedores foi dada pelo Banco Rural e Hipotecário em 23 de dezembro de 1893, ou seja, mais de 20 anos após o falecimento do comendador.

Em 1894, no processo de inventário de Dona Maria Josepha Conceição Vilela, houve, finalmente, o encerramento do inventário do seu marido, com orçamento e partilha entre a meeira e os dois herdeiros (TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE DONA MARIA JOSEPHA CONCEIÇÃO VILLELA, 1894). Ao final, restou, para a meeira e para os herdeiros da gestão financeira e da administração produtiva do acervo patrimonial do comendador, a importância de Rs359:514\$686 (trezentos e cinquenta e nove contos e quinhentos e quatorze mil seiscentos e oitenta e seis réis) (TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE DONA MARIA JOSEPHA CONCEIÇÃO VILLELA, 1894, p. 78-78v).

A composição das dívidas (origem dos credores, valores, juros, prazos) do comendador Francisco Teixeira Vilela difere da do seu pai e reflete a mudança ocorrida no sistema de crédito, provocada por um conjunto de fatores desencadeados pelo fim do tráfico de escravos; pela expansão cafeeira; pela regulamentação da propriedade da terra; pela promulgação do Código Comercial; e, finalmente, pela lei

⁶³ Dr. Rodrigo Augusto da Silva e outros; Paulino Venancio da Roza; José Ricardo Wright; Guilherme P. Ralston; Luiz Quirino dos Santos; Guilhermina Hill Carneiro; Francisco de Barboza de Barros, Antonio Caetano Rodrigues da Silva são alguns dos credores que fizeram cessão de direitos para o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

de 1864, que regulamentou o crédito hipotecário. Os credores de Francisco não faziam parte de seu círculo de relacionamento pessoal, como os do seu pai. Uma das razões é que os recursos solicitados nos sucessivos empréstimos, considerando os três principais, eram extremamente volumosos. Para fornecer capitais no volume exigido, Francisco recorreu aos capitalistas da principal praça financeira do País - Rio de Janeiro. Da primeira hipoteca de 1868, no valor de Rs524:861\$573 (quinhentos e vinte e quatro contos, oitocentos e sessenta e um mil e quinhentos e setenta e três réis), era credora a firma Teixeira Leite e Sobrinhos, grandes comerciantes, comissários de café. Para comparar o volume do empréstimo solicitado por Francisco e fornecido pela firma Teixeira Leite, reporto-me à lista de hipotecas da cidade de São Paulo, organizada por Marcondes. Para o ano de 1868, o valor total das 44 hipotecas foi de Rs671:000\$000 (seiscentos e setenta e um contos de réis), ou seja, o valor médio das hipotecas era de Rs15:000\$000 (quinze contos de réis). O valor da hipoteca do comendador era 35 vezes maior do que o das contratadas na cidade de São Paulo (Marcondes, 2012, p.32-33). O prazo da hipoteca era de cinco anos, mas, como a casa comissária Teixeira Leite faliu antes do término do contrato, seus credores – o Banco do Brasil e o Banco Rural e Hipotecário – assumiram a hipoteca. Nesse momento, surgiu, por trás da firma comissária, o sistema bancário – Banco do Brasil e Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro –, que financiava os agentes intermediários entre os fazendeiros e o comércio do café. O sistema bancário foi reforçado após a abolição do tráfico de escravos⁶⁴ e liberou recursos para novas aplicações; dentre elas, Schulz (2013, p. 57) cita o próprio cultivo e o comércio de café, ferrovias, bancos e casas bancárias e o tráfico interno interprovincial de escravos. Em termos de valor, o próximo credor do comendador era a firma B. Gavião e Cia, que havia feito negócios com ele, com a venda dos escravos (186) vindos de Castro para Campinas. Ao que parece, era uma firma que atuava em diferentes mercados, desde escravos a arrendamentos de fazendas. Por fim, a B. Gavião e Cia. tomou a decisão de transferir seus direitos ao Banco Rural e Hipotecário. O terceiro maior credor era a Casa Bancária Mauá, que faliu em 1875, antes mesmo de a hipoteca ser quitada, e passou seus direitos sobre a dívida para o Banco Rural e Hipotecário, como forma de quitar seus próprios compromissos com o banco, também seu credor. Os contratos de empréstimo hipotecário, as negociações, as

⁶⁴ Segundo Schulz, a importação de escravos, nos últimos 5 anos, representou um terço do total das importações brasileiras (Schulz, 2013, p. 57- 63)

transferências de direitos, as cessões, só se tornaram claras, porque as regras do jogo, que se tornaram explícitas na legislação hipotecária de 1864 e 1865, deram maiores garantias aos fornecedores de empréstimos.

6. Considerações finais

A vila de São Carlos foi açucareira, e a cidade de Campinas, cafeeira; a primeira engendrou a segunda, que trouxe mais escravos, mais população, mais fazendas, ferrovias e mais exportações.

Duas gerações, pai e filho, dois produtos de *plantation*, açúcar e café, produzidos pelo braço escravo para o mercado internacional – assim é a história do século XIX, vista da ótica da família Teixeira Vilela.

Enquanto perdurou a escravidão, o escravo foi o ativo mais valorizado, quer nas plantações, quer na garantia de empréstimos. Logo, a composição da riqueza refletiu isso e não diferiu na *plantation* açucareira e na cafeeira – ambas estavam presas à escravaria e à manutenção de grandes plantéis, o que implicava compra constantes de novas “peças” dentro ou de fora da província. A expansão das plantações era garantida pela incorporação de terras e escravos, restando pouca atenção à melhoria do solo, dos cultivares, da produtividade do trabalho e das ferramentas e dos maquinismos. Assim, os inventários mostram estaticamente a composição da riqueza e apontam para os elementos que ocupavam o centro do processo de acumulação no período – escravos e terras (plantações e benfeitorias).

Nos dois casos analisados, o endividamento estava presente com valores expressivos. A grande empresa açucareira de Antonio Manoel Teixeira não conseguia gerar autofinanciamento, os rendimentos dos engenhos não eram suficientes para a empresa manter-se independente do capital usurário. O mesmo verifica-se no empreendimento cafeeiro de Francisco, que, para expandir-se necessariamente, teve de recorrer ao crédito.

O estudo revela como o financiamento operou antes de 1850 e depois de 1850, com a promulgação do Código Comercial e da lei de regulamento de hipotecas (1864-65). As formas de obter o crédito mudaram de uma geração para outra. Entre 1820 e 1850, nos tempos

do açúcar, Antonio Manoel podia recorrer ao crédito dos comerciantes fornecedores de gêneros para os engenhos – comerciantes de tecidos, ferramentas, carroças etc. ou ao crédito dos capitalistas privados, em geral, grandes comerciantes de açúcar. A escassez de capital-dinheiro e as garantias frágeis e de alto risco, representadas pelo precioso ativo – escravo – empurravam as taxas de juros para patamares elevados, em geral acima de 10% ao ano. As precárias condições institucionais de funcionamento do crédito contribuíam para tornar a obtenção de crédito mais difícil e restritiva. Nem mesmo o Código Comercial existia, para definir regras e procedimentos ou as obrigações das partes contratadas. A insegurança e a incerteza quanto ao cumprimento dos contratos e a precária garantia limitaram o mercado de capital, quer pelo lado dos ofertantes, quer pelo lado dos demandantes. A concessão de crédito restringia-se a uma pequena rede de relacionamento e de conhecimento, dada a precariedade dos instrumentos institucionais de cobrança. A proibição do tráfico de escravos africanos favoreceu a herança de Antonio Manoel e o próprio credor, pois a garantia do empréstimo foi valorizada e tornou-se mais fácil saldar os compromissos.

No período cafeeiro, a institucionalização do sistema financeiro ensaiava seus primeiros passos. Era possível obter crédito de maior valor com prazos mais alongados – obrigações hipotecárias –, embora as taxas de juros continuassem elevadas. Francisco Teixeira Vilela pôde recorrer a dois tipos de crédito: comercial, de curto prazo; e o crédito com obrigações hipotecárias, de longo prazo, de dois a cinco anos. Se seu pai recorria a capitalistas privados locais, Francisco, pós-1865, tinha acesso ao capital financeiro da movimentada praça da capital – sede do Império –, Rio de Janeiro. A formalização dos contratos, registro especial de hipotecas, conferiu menor risco aos credores, mas o crédito continuou restrito e com elevados prêmios. Os casos estudados mostram que o escravo se manteve como o principal ativo na garantia do crédito.

Fontes

ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO PARA 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Edição Fac-Similar Imprensa Oficial do Estado AS IMESP, 1985.

ALMANAK DE CAMPINAS PARA 1873. Organizado e publicado por José Maria Lisboa. Typografia da *Gazeta de Campinas*, Campinas, 1872.

- BANCO RURAL E HIPOTECÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Processos: 2º. Of., Cx. 121, Proc. n. 1891, 1879; Execução, 2º. Of., Cx.124, Proc. n. 1957, 1881; 2º. Of., Cx. 435, Proc. n. 7977, 1881.
- B. GAVIÃO & CIA., Processos: 1º. Of., Cx. 278, Proc. n. 4658, 1877; 1º. Of., Cx., 278, Proc. n.4660,1877; 1º. Of., Cx. 276, Proc. n.4649, 1877; 1º. Of., Cx. 274, Proc. n. 4610, 1876.
- COLLECTORIA DE CAMPINAS, 1867-1868, Livro 43, Rendas arrecadadas. Meia sisa de escravos.
- DEMARCAÇÕES DE SESMARIAS 1º Ofício, Cx 1, Proc. 11.
- EXECUÇÃO DE DÍVIDA GUILHERME P. RALSTON. Contra Viúva e herdeiros do Comendador Francisco Teixeira Vilella. 1879, , 2º. Of., Cx. 150, Proc. n. 2697.
- GAZETA DE CAMPINAS, 12 dez. 1872. <http://www.memoria.bn.br> Acesso em 29 ago. 2013
- INVENTÁRIO DO COMENDADOR FRANCISCO TEIXEIRA VILLELLA. 1º. Of., Cx. 257, Proc. n. 4359, 28 out. 1873.
- LIVROS DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTOS, S3, IH, L11 1868-1875. Inscrição Especial de Hipotecas, 20/08/1868.
- MAÇOS DE POPULAÇÃO DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>> Acesso em: mar. 2013.
- MAUÁ & CIA. Processos: 2º. Of., Cx. 118, Proc. n. 1830, 1874; 2º.Of., Cx. 428, Proc. n. 7731, 1874.
- REGISTRO GERAL DE MERCÊS de D. MARIA I. Livro 31, fl. 48 v. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.
- REGISTRO GERAL DE MERCÊS de JOÃO V. Livro 36, fl.179. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
- TESTAMENTO E INVENTÁRIO DO COMENDADOR ANTONIO MANOEL TEIXEIRA 1º. Of., Cx. 162, Proc. n. 2899, 1852.
- TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE DONA MARIA JOSEPHA CONCEIÇÃO VILLELLA. 1º. Of., Cx, 313, Proc. n. 6024, 1894.

Referências

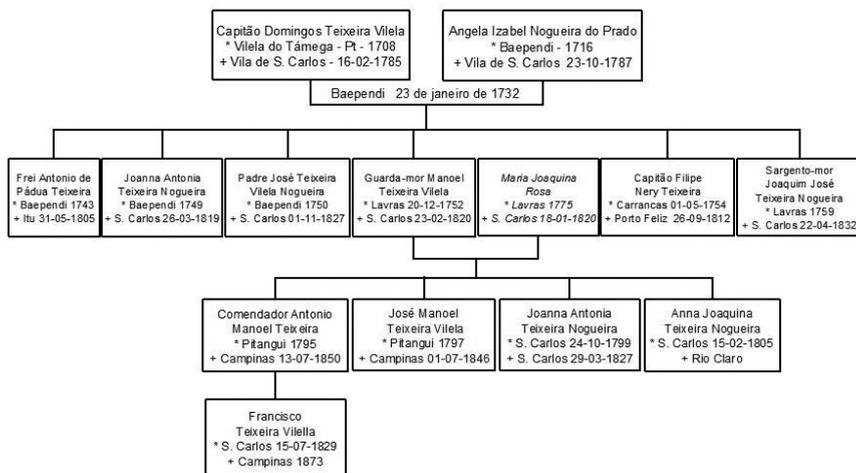
- BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra*. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1997. (Coleção Campiniana, v. 13).
- BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). *São Paulo do passado: dados demográficos*. Campinas: NEPO – Núcleo de Estudos em População / Unicamp, 1998. 1 CD-ROM.
- CAMARGO, José Francisco. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. (Ensaio sobre as relações entre a demografia e a Economia). *Boletim n. 153. Economia Política e História das Doutrinas Econômicas* – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1-2, n. 1, 1952.
- CANABRAVA, Alice P. As chácaras paulistanas. In: CANABRAVA, Alice P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unesp; ABPHE, 2005. p. 233-245.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, p. 323-367, 1989.
- HERCULE FLORENCE E O BRASIL: percurso de um artista inventor/ apresentação Marcelo Marcos Araújo; curadoria e texto Leila Florence; textos Carlos Martins e Valéria Picolli. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEMOIS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- LIMA, Francisco Mariano da Rocha de Souza. *Formas de energia no Brasil – século XIX*. Dissertação (Mestrado). – Departamento de Economia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, Unicamp, Campinas, 1988.
- MARCONDES, Renato Leite. *Crédito privado antes da Grande Depressão do século XX: o mercado hipotecário*. Ribeirão Preto, FEARP-USP. (PDF), 2012
- MARCONDES, Renato Leite. O Financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87) *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, jan./mar. 2002.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996. (Coleção Campiniana, v. 10).
- MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Hucitec, INL, p. 19-24, 1982.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NOZOE, Nelson. *A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo*. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face, astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da Independência*. São Paulo: Nacional; Brasília: INI, 1976.
- PUPO, Celso Maria Mello. *Campinas, município no Império*. Fundação e Constituição; usos familiares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. (Publicações da Academia Campinense de Letras, v. 20).
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste, 1850-1901: primeiras notas de três estudos de caso - um comendador, um marquês e um conde. *Texto para Discussão*. Campinas, CMU, 2010. Texto apresentado nos Seminários de História Econômica, organizado pelo HERMES & CLIO grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica FEA/USP, São Paulo, 01 de setembro de 2010a.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *O Comendador e sua escravaria 1850-1873, Campinas, SP*. II Seminário do Café. Itu, Museu Paulista/Museu Republicano Convenção de Itu, 24 de novembro de 2010b.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *A migração inter-regional de capitais: a formação da plantation açucareira de Campinas e a família Teixeira Vilela - riqueza e escravaria*, apresentado no XV Seminário de Economia Mineira, Diamantina em 29 de agosto de 2012. <http://www.cedeplar.ufmg.br/redirect/diamantina2012.php/> 2012a

- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Familia Teixeira Vilela e o padrão de riqueza e de endividamento. Campinas, São Paulo, 1850-1873*. III Congreso Latinoamericano de Historia Económica, III CLADHE, San Carlos de Bariloche, Argentina, 23-27 de octubre de 2012b.
- SAES, F. A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista, Dir. Afonso de E. Taunay. Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953.

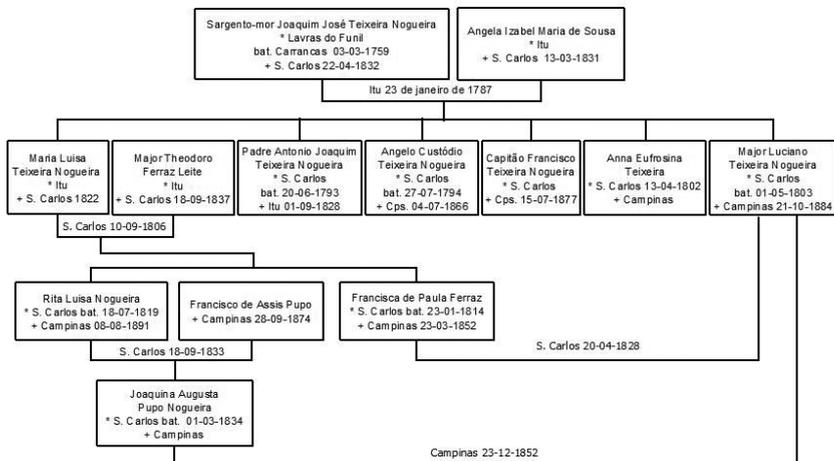
Anexos

Família Teixeira Vilela / Teixeira Nogueira

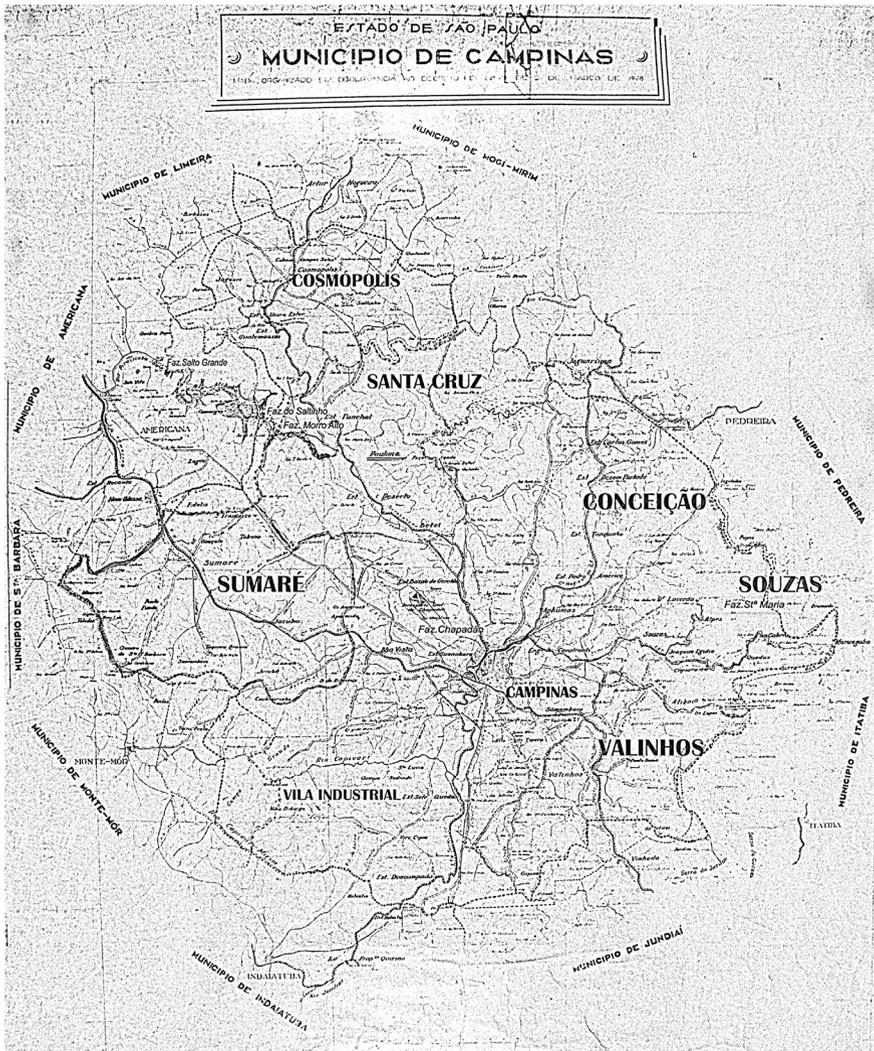


Fonte: PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas, Academia Campinense de Letras, n. 20, 1969, p. 227-278.
Maços de População para Campinas - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver> - Diversos anos
Registros de Batismos, Matrimônios e Óbitos de Campinas - <https://www.familysearch.org>
Elaboração: Professora e Historiadora Maria Aparecida Alvim de Camargo Penteado
Colaboração: Maria Alice Rosa Ribeiro

Família Teixeira Nogueira



Fonte: PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas, Academia Campinense de Letras, n. 20, 1969, p. 227-278.
Maços de População para Campinas - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver> - Diversos anos
Registros de Batismos, Matrimônios e Óbitos de Campinas - <https://www.familysearch.org>
Elaboração: Professora e Historiadora Maria Aparecida Alvim de Camargo Penteado
Colaboração: Maria Alice Rosa Ribeiro



MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DE 1938

Fonte: IBGE, Município de Campinas, 1938. Biblioteca Prof. José Roberto do Amaral Lapa - Centro de Memória UNICAMP - CMU.